

DIEGO SANTIAGO Y CALDO

DIEGO SANTIAGO Y CALDO



Prefácio  
Kazuo Watanabe

Apresentação  
Paulo Henrique dos Santos Lucon



FÓRUM

# AÇÕES COLETIVAS

## REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA SOB A ÓTICA COMPARADA

**Prefácio**

*Kazuo Watanabe*

**Apresentação**

*Paulo Henrique dos Santos Lucon*

Resultado da pesquisa desenvolvida pelo autor durante seu mestrado em direito processual na USP, a obra aborda a importância do efetivo controle judicial da representatividade adequada, que é a aptidão e a idoneidade dos legitimados para atuarem na tutela coletiva, a partir do estudo comparativo e crítico dos sistemas de tutela coletiva brasileiro e estadunidense. Da análise de doutrina e jurisprudência atuais, o livro demonstra que o controle da representatividade já ocorre no Brasil, independente de regulamentação, e sugere aprimoramentos que podem ser importados da experiência norte-americana. Além da abordagem histórica inédita sobre o controle da representatividade desde o direito romano, o trabalho traz vasto acervo jurisprudencial e aborda os recentes projetos de lei que objetivam regulamentar o instituto no Brasil.

**Área específica**

DIREITO PROCESSUAL CIVIL.

**Áreas afins**

PROCESSO COLETIVO.

**FORMATO:** 14,5 × 21,5 cm

**CÓDIGO:** 10003366

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

C146a	Caldo, Diego Santiago y
	Ações coletivas: representatividade adequada sob a ótica comparada / Diego Santiago y Caldo. - Belo Horizonte : Fórum, 2022.
	293p. ; 14,5cm x 21,5cm.
	ISBN: 978-65-5518-423-5
	1. Direito. 2. Direito Processual Civil. 3. Processo coletivo. I. Título.
	CDD 341.46
2022-1763	CDU 347.9

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

CALDO, Diego Santiago y. *Ações coletivas: representatividade adequada sob a ótica comparada*. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 293p. ISBN 978-65-5518-423-5.

**Diego Santiago y Caldo**

Mestre em Direito Processual pela Faculdade de Direito da USP (2018), especialista em Direito das Relações de Consumo pela PUC-SP (2006) e graduado em Direito pela USJT (2004). Integrante do Grupo de Estudos Avançados em Processos Coletivos da Fundação Arcadas (2021). Autor de artigos científicos publicados em revistas e livros especializados em Processo Civil. Advogado. Membro efetivo da Comissão de Litigância Estratégica da OAB/SP para o triênio de 2022-2024.

## SUMÁRIO

---

PREFÁCIO		
<b>Kazuo Watanabe</b> .....	13	
APRESENTAÇÃO		
<b>Paulo Henrique dos Santos Lucon</b> .....	17	
INTRODUÇÃO .....		19
1	A tutela coletiva.....	19
2	A representatividade adequada como elemento essencial da tutela coletiva .....	22
3	Objeto de pesquisa.....	26
CAPÍTULO I		
PERSPECTIVA HISTÓRICA DA TUTELA COLETIVA E DO CONTROLE DA REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA.....		27
1	Panorama .....	27
2	A ação popular romana e a gênese da representatividade adequada .....	28
3	Ações de grupo do direito medieval inglês e a representatividade social/institucional .....	30
4	As <i>class actions</i> norte-americanas.....	33
4.1	As ações coletivas das <i>Equity Rules</i> e o controle judicial da representatividade .....	35
4.2	<i>Federal Rules of Civil Procedure</i> e a consagração da representatividade adequada.....	37
4.3	O aprimoramento das <i>Federal Rules of Civil Procedure</i> .....	39
5	A construção da tutela jurisdicional coletiva no sistema brasileiro ...	42
5.1	A fundação do sistema.....	43
5.2	A consolidação do sistema e as primeiras discussões sobre o controle da representatividade adequada.....	46
5.3	Retrocessos e avanços legislativos.....	50
5.4	O Código de Processo Civil de 2015 .....	52
CAPÍTULO II		
A ESTRUTURAÇÃO DOS SISTEMAS PROCESSUAIS COLETIVOS .....		57
1	Aspectos gerais.....	57
2	Classificação dos direitos transindividuais brasileiros .....	66
3	Os tipos de ações coletivas norte-americanas.....	69
3.1	<i>Mandatory class actions</i> .....	69
3.2	<i>Non-mandatory class actions</i> .....	74
CAPÍTULO III		
LEGITIMIDADE NAS AÇÕES COLETIVAS.....		81
1	Noções introdutórias.....	81
1.1	Modelos de legitimidade coletiva .....	82
1.1.1	Legitimação pública .....	83
1.1.2	Legitimação privada.....	84
1.1.3	Legitimação mista.....	87
2	Legitimidade das ações coletivas norte-americanas.....	89
2.1	O indivíduo como protagonista .....	90
2.2	A atuação governamental suplementar.....	100
3	A escolha do legislador brasileiro .....	102
3.1	Protagonismo de entes públicos e privados .....	104
3.2	O cidadão como ator coadjuvante.....	111

CAPÍTULO IV	
COISA JULGADA COLETIVA.....	115
1 Coisa julgada coletiva brasileira.....	115
1.1 Direitos difusos e coletivos <i>stricto sensu</i> .....	116
1.2 Direitos individuais homogêneos .....	118
1.3 A aderência das pretensões individuais à ação coletiva .....	123
1.4 Transporte <i>in utilibus</i> da coisa julgada coletiva.....	125
1.5 Limites territoriais da coisa julgada coletiva .....	126
1.6 Coisa julgada no mandado de segurança e no mandado de injunção coletivos.....	128
2. O regramento norte-americano da coisa julgada.....	130
CAPÍTULO V	
REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA NAS <i>CLASS ACTIONS</i> .....	133
1 Considerações gerais.....	133
2 Certificação e controle da adequada representatividade.....	136
2.1 Litisconsórcio impraticável .....	139
2.2 Existência de questões de fato ou de direito comuns à classe.....	144
2.3 Relação entre as pretensões e defesas do porta-voz e dos integrantes da classe .....	147
3 Parâmetros de aferição da representatividade adequada.....	149
3.1 Adequação do intérprete da coletividade.....	150
3.2 Suficiência financeira do porta-voz da classe .....	154
3.3 A atuação do advogado .....	155
3.4 Ausência de conflitos de interesses.....	159
3.4.1 Conflitos envolvendo os membros do grupo e o seu porta-voz judicial.....	161
3.4.2 Conflitos envolvendo o advogado do grupo.....	165
3.5 Representatividade adequada no <i>Private Securities Litigation Reform Act</i> .....	170
4 Outros parâmetros sugeridos pela doutrina .....	171
5 Consequências da inadequada representatividade na <i>class action</i> .....	176
6 Representatividade adequada e preclusão .....	177
7 Algumas considerações sobre a prática forense.....	182
CAPÍTULO VI	
REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA NO DIREITO BRASILEIRO .....	187
1 A viabilidade do controle da representatividade no modelo brasileiro .....	187
2 Natureza jurídica .....	198
3 Parâmetros de controle da representatividade adequada .....	203
3.1 Pertinência temática .....	203
3.1.1 Das entidades associativas .....	206
3.1.2 Do Ministério Público .....	216
3.1.3 Da Defensoria Pública.....	224
3.2 Outros parâmetros jurisprudenciais de aferição da representatividade adequada.....	233
4 Critérios suplementares de aferição da representatividade.....	238
5 As consequências da inadequação do porta-voz da coletividade .....	246
6 Análise dos Projetos de Lei 4.778/2020, 4.441/2020 e 1.641/2021.....	253
7 Representatividade adequada no controle concentrado de constitucionalidade.....	256
8 Representatividade adequada do <i>amicus curiae</i> .....	260
CONCLUSÃO .....	269
REFERÊNCIAS.....	277